



Escassez de vacinas obriga o Ministério da Saúde a adiar, de maio para setembro, o término da imunização de 77,2 milhões de brasileiros. Marcelo Queiroga se irrita com a cobrança em relação ao atraso: "Vamos deixar de ver só problema"

# Mais 5 meses com grupos prioritários

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

## Saúde vai avaliar coquetel

Apesar de aprovado por unanimidade pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o uso emergencial do coquetel contra a covid-19 nos hospitais públicos brasileiros ainda não está certo. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, explicou que o medicamento será avaliado pela pasta antes de ser incluído no Sistema Único de Saúde (SUS).

"A Anvisa é um tipo de avaliação, é a avaliação de ingresso. A avaliação de incorporação é outro tipo. São escopos distintos", esclareceu Queiroga. "É um medicamento novo, ainda precisamos saber mais", disse. Segundo o ministro, mesmo com o uso emergencial aprovado pela Anvisa, o coquetel antiviral precisa passar pelo crivo da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

O ministro ressaltou que, apesar de estudos indicarem que a aplicação do coquetel na fase inicial da covid-19 reduz em 70% o risco de internação e óbito, sobretudo de pacientes com comorbidades, ainda há questionamentos sobre a eficácia do medicamento. Segundo Marcelo Queiroga, há dúvidas, por exemplo, se o coquetel pode contribuir com o desenvolvimento de novas cepas do coronavírus.

Além disso, a Conitec deve avaliar o impacto orçamentário do coquetel. O medicamento chega a custar US\$ 3 mil. "Precisa haver um estudo entre o preço colocado, o resultado que é prometido e o resultado que é obtido. Se não, não tem sustentabilidade", frisou o ministro.

A Conitec tem uma reunião marcada para o próximo dia 5 e pode levar até 180 dias para avaliar a incorporação de um medicamento no SUS. Queiroga disse, no entanto, que esses prazos podem ser encurtados.

Ele garantiu ainda que, se tiver a aprovação da Conitec, o coquetel poderá ser incorporado ao SUS bem como à rede de saúde suplementar. Contudo, a farmacêutica Roche, fabricante do coquetel, sinalizou que vai priorizar o governo federal nas vendas do medicamento.



Vacinação de grupo prioritário em Brasília: com o adiamento, apenas 1/3 da população brasileira deverá estar imunizada até setembro de 2021

O Ministério da Saúde admitiu ontem que não será possível concluir a vacinação dos grupos prioritários contra a covid-19 até maio, como havia projetado o ex-ministro Eduardo Pazuello. A pasta calcula que a vacinação dos grupos de risco só deve terminar em setembro e já admite que, caso haja novos atrasos na entrega das vacinas, esse prazo pode ser revisado novamente.

O adiamento do cronograma de vacinação dos grupos prioritários contra a covid-19 foi confirmado pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em coletiva de imprensa realizada ontem. "O processo de vacinação no Brasil tem ocorrido de forma cada vez mais célere. Se continuar nesse ritmo, até setembro vamos atingir a população prevista no PNI [Plano Nacional de Imunização]", afirmou Queiroga.

Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Francieli Fantinato explicou que a pasta espera aplicar a primeira dose da vacina contra a covid-19 nos 77,2 milhões de brasileiros que pertencem aos grupos prioritários até a primeira quinzena de junho. Com isso, a segunda dose deve ser aplicada até setembro, devido ao intervalo necessário entre as doses, que chega a 84 dias no caso da AstraZeneca.

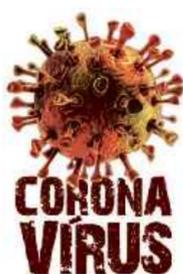
Ela admitiu, no entanto, que esse cronograma depende da entrega das vacinas. E afirmou que, "para não criar expectativas que não possam ser cumpridas", o Ministério da Saúde tem se reunido semanalmente com a Fiocruz e o Butantan para monitorar o ritmo de entregas da AstraZeneca e da CoronaVac, respectivamente. "É uma previsão, que, à luz de alteração no cronograma, altera também a vacinação desses grupos prioritários", frisou.

Na semana passada, o Butantan suspendeu a produção da CoronaVac por conta da falta de matéria-prima. A produção foi retomada só na noite de terça-feira, depois que o instituto recebeu três mil litros do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da China. O material deve ser suficiente para a produção de 5 milhões de doses, que devem ser distribuídas para os estados e municípios a partir de 3 de maio. A previsão do Butantan, no entanto, era receber seis mil litros de IFA. O instituto, portanto, ainda

está na expectativa de contar, nas próximas semanas, com o restante da encomenda do IFA.

Ao reforçar que o cronograma de vacinação depende dessas entregas, Queiroga frisou que a carência de insumos "não é uma questão do Brasil, é uma questão mundial". "A Covax Facility é uma iniciativa da OMS (Organização Mundial de Saúde), que é referida como padrão de excelência. E o que ocorre é que a Covax Facility não entrega o que foi acordado", queixou-se.

O ministro disse que a previsão de estender até setembro a vacinação também é fruto de aspectos regulatórios, já que o país só vai usar vacinas aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele calcula, por exemplo, que o país teria acesso a 20 milhões de doses da Covaxin e a 10 milhões de doses da Sputnik caso essas vacinas fossem aprovadas pela Anvisa. Porém, garantiu que segue buscando alternativas para acelerar a



vacinação contra a covid-19. O governo negocia, por exemplo, a compra de mais 100 milhões de doses da Pfizer. Caso o contrato seja fechado, no entanto, os imunizantes só chegarão ao país em 2022. Queiroga não quis, no entanto, apresentar os planos do governo com as doses da Pfizer no próximo ano.

O ministro também se irritou ao ser questionado sobre a diferença de quatro meses entre o novo cronograma e o prazo apresentado anteriormente por Pazuello para a vacinação dos grupos prioritários. "Vamos deixar de ver só problema, porque, na realidade, estamos aqui para dar solução à população. Não fica com essa coisa de ficar contando dose, vamos vacinar a população", reclamou, encerrando a coletiva de imprensa.

### Kit intubação

O Ministério da Saúde pretende distribuir 3,4 milhões de doses de vacina contra a covid-

19 entre os estados brasileiros ainda nesta semana. A pasta, no entanto, não atualizou o cronograma de aquisições e recebimentos de entregas da vacina na gestão de Queiroga. A última atualização do calendário disponível no site da pasta é de 19 de março, ou seja, poucos dias antes da posse do novo ministro. Por conta disso, a Rede Sustentabilidade acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, determinou, na terça-feira, que o governo apresente essas informações num prazo de cinco dias. Questionado sobre o assunto, Queiroga garantiu que vai cumprir a determinação: "Faremos isso dentro do prazo legal".

Queiroga também anunciou que vai abrir um pregão internacional para ampliar a compra dos medicamentos usados no kit intubação dos pacientes de covid-19, que estão em falta em muitos locais do país por conta da ampliação dos casos graves da doença. Além disso, o ministro espera receber 1,5 milhão de kits de intubação até maio: são 1,1 milhão de kits que

serão doados pela Vale do Rio Doce e outras empresas privadas; mais 80 mil que serão doados pela Espanha; e 400 mil que já foram contratados pelo governo com a indústria nacional.

O ministro disse, por sua vez, que a "fase mais crítica" dos kits de intubação está perto de ser superada, pois já é possível observar uma estabilização da demanda pelo material. "Felizmente, já assistimos a uma estabilização, embora que com um número ainda muito elevado, de óbitos e uma tendência de queda desses óbitos, que se reflete na redução de internações hospitalares já em alguns estados da Federação, o que, de certa maneira, alivia a pressão sobre o sistema de saúde", afirmou.

Ontem, o Brasil registrou estabilidade na média móvel de mortes decorrentes da covid-19. Ainda assim, o país contabilizou mais 3.472 mortes e 79.179 novos casos da doença. Com isso, o país ultrapassou a marca das 381 mil mortes e dos 14 milhões de infectados pelo novo coronavírus, segundo dados do Ministério da Saúde.

## EDUCAÇÃO

# SP define regras para homeschooling

O governo de São Paulo fechou o cerco para a adoção do homeschooling (ensino domiciliar), uma das principais bandeiras do governo Jair Bolsonaro. Texto aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e homologado ontem pela Secretaria de Educação indica que, se a educação domiciliar for aprovada no país, crianças em homeschooling no estado paulista devem ter aulas com profissionais, estar matriculadas nas redes estadual e municipais e passar por avaliações periódicas na escola. A proposta se antecipa a uma lei federal sobre o tema.

A lei do ensino domiciliar está em debate na Câmara dos Deputados. Hoje, a matrícula de crianças de 4 a 17 anos nas escolas é obrigatória. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que o ensino domiciliar é constitucional, mas entendeu que precisa de regulamentação em lei federal.

A intenção do conselho paulista é deixar claro que a educação domiciliar, se aprovada, não ocorrerá sem critérios. O projeto de lei 3179/12, que autoriza a educação domiciliar, parado desde 2019, avançou nas últimas semanas na Câmara

Ed Alves/CB/D.A Press



Milton Ribeiro, do MEC: governo Doria se antecipou à proposta federal

ra e há pressão do governo para votá-lo rapidamente.

Especialistas e entidades da área de ensino são contrá-

rios à liberação do homeschooling, com o argumento de que priva as crianças do acesso à educação e da convi-

vência com outras pessoas de círculos sociais diferentes. Não há números oficiais de famílias que hoje se valem da educação domiciliar, mas estimativas dão conta de que há 7 mil, muitas delas evangélicas e católicas. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, fala em 35 mil famílias.

### Base curricular

Segundo os parâmetros definidos pelo conselho paulista, crianças e adolescentes em regime de ensino domiciliar terão de estudar de acordo com o que define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece os objetivos de aprendizagem em cada série. "Essas crianças têm de ter a mesma qualidade de ensino. Não podem ser privadas, por

exemplo, no ensino de Ciências, de aprender sobre Darwin (teoria evolucionista) porque isso está na BNCC", explica a conselheira Nina Ranieri, relatora da indicação do CEE-SP.

"O sistema de ensino de São Paulo entendeu que era importante dizer o que não será aceito: vai haver supervisão, avaliação, controle. Não é uma modalidade em que cada um faz o que quer. Essa foi a motivação do Conselho Estadual", afirma Nina, professora da Faculdade de Direito da USP. "Achamos que era importante deixar claro que a regulamentação vai ser feita por estados e municípios", acrescenta a professora.

O texto foi homologado pela Secretaria Estadual de Educação, mas ainda não tem força de legislação.